



TUPY S.A.

CNPJ nº 84.683.374/0003-00
Companhia Aberta

Relatório da Administração

DESTAQUES DE 2012

- Volume físico de vendas:** 564 mil toneladas - 19,7% superior ao verificado em 2011.
- Recitas:** R\$ 2.671,1 milhões - crescimento de 22,2% em relação a 2011.
- Lucro antes do resultado financeiro:** R\$ 189,0 milhões - 26,4% inferior ao verificado em 2011 e correspondente a 7,1% das Recitas de 2012.
- Resultado financeiro líquido:** Despesa de R\$ 86,4 milhões, ante receitas de R\$ 21,3 milhões em 2011.
- Lucro líquido:** R\$ 66,4 milhões - queda de 67,4% em relação a 2011 e equivalente a 2,5% das Recitas de 2012.
- EBITDA Ajustado:** R\$ 368,7 milhões - 13,8% sobre as Recitas -, correspondente ao aumento de 7,7% em relação ao ano anterior.
- Conclusão, em 16.04.2012, da aquisição de duas fundições no México - fabricantes de blocos e cabeçotes - pelo montante de US\$ 439 milhões.**

Joinville, 8 de fevereiro de 2013: A Tupy, referência mundial em fundição e maior produtora global de blocos e cabeçotes de ferro e maior produtora nacional de conexões de ferro (BM&F BOVESPA: TUPY3 e TUPY4), divulga o release de resultados referentes ao exercício de 2012. As informações financeiras e operacionais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") e as práticas contábeis adotadas no Brasil e comparadas com o mesmo período do ano de 2011, exceto onde indicado de outra forma.

SÍNTESE DOS RESULTADOS

Consolidado (R\$ Mil)			
RESUMO DOS RESULTADOS	2012	2011	Varição
Recitas	2.671.120	2.185.548	22,2%
Mercado Interno	983.241	1.160.985	-15,3%
Mercado Externo	1.687.879	1.024.563	64,7%
Custo das Vendas e Despesas Operacionais	(2.420.146)	(1.921.867)	25,9%
Outras Despesas Operacionais, Líquidas	(61.986)	(6.769)	815,7%
Lucro antes do Resultado Financeiro	188.988	256.912	-26,4%
% sobre as Recitas	7,1%	11,8%	
Resultado Financeiro Líquido	(86.358)	21.345	
Lucro antes dos Efeitos Fiscais	102.630	278.257	-63,1%
% sobre as Recitas	3,8%	12,7%	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(36.273)	(74.873)	-51,6%
Lucro Líquido do Exercício	66.357	203.384	-67,4%
% sobre as Recitas	2,5%	9,3%	

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Tupy consolidou em 2012 seu posicionamento como maior fabricante de blocos e cabeçotes em ferro fundido do Hemisfério Ocidental, ao adquirir, por US\$ 439 milhões, duas fundições localizadas no norte do México.

As aquisições, de importância comparável à de outros acontecimentos de alta relevância na história da Companhia, não apenas a transformaram em empresa multinacional, mas também expandiram as oportunidades para aproveitar seu conhecimento e experiência no desenvolvimento e manufatura de produtos de geometria e metalurgia complexas, ensinando novas avenidas de criação de valor para seus acionistas. Com efeito, a concretização do negócio proporcionou à Tupy:

- O estabelecimento de manufatura em região estratégica para melhor atender aos clientes e negócios envolvendo blocos e cabeçotes em ferro fundido;
- A possibilidade de aumentar rápida, efetiva e globalmente seus negócios com fabricantes de máquinas e equipamentos utilizados nos segmentos de mineração, infraestrutura e agricultura;
- Condições adequadas para elevar sua presença no mercado de aplicações *off road* e em mercados emergentes, para os quais se destina parcela relevante das vendas das empresas mencionadas na alínea anterior.

Nesse contexto, a integração das plantas adquiridas no México figurou entre os principais desafios enfrentados pela Companhia em 2012, tendo focado a estabilidade do suprimento de clientes, manutenção de processos críticos, alinhamento de todas as equipes com os objetivos das aquisições e a validação e identificação de fontes para captura de valor, envolvendo a disseminação e compartilhamento de melhores práticas entre México e Brasil.

Destaca-se ainda, no exercício de referência, o início das operações da nova unidade de blocos e cabeçotes em Joinville. Ao se adicionarem as capacidades desta planta e dos parques fabris mexicanos, observa-se não apenas substancial aumento da capacidade instalada de fabricação desses itens - que se elevou a 610 mil toneladas -, mas também da flexibilidade para combinar linhas e programas de produção, visando alternativas de menor custo.

As transformações estruturais sofridas pela Companhia não foram, em 2012, correspondidas pelo progresso dos negócios regulares verificado no biênio anterior (2010-2011). Naquele período, em que economias em desenvolvimento preencheram o vazio causado pelo recuo de nações desenvolvidas, por conta da crise de 2008-2009, a Tupy prosperou, usufruindo de condições favoráveis em mercados aos quais dedica grande atenção - caso dos componentes utilizados na manufatura de motores movidos a diesel - e do sucesso de clientes com quem construiu e sustenta relações há muitos anos.

No exercício de 2012, porém, a tônica foi dada por desaceleração do crescimento das principais economias emergentes - o Brasil não foi exceção -, continuidade de cenário externo incerto e países desenvolvidos em fase de ajuste. Em outras palavras, ao contrário do ocorrido no ano anterior, em 2012 o espaço deixado por economias maduras ainda às voltas com a busca de soluções para os efeitos da crise no qual foi ocupado por países emergentes, impactando de forma adversa os fluxos de comércio e investimento e, assim, o desempenho da economia global.

MERCADO INTERNO

Em 2012, a economia brasileira sofreu com maior intensidade os efeitos do enfraquecimento do ritmo de atividade e piora dos fundamentos macroeconômicos em países desenvolvidos. Em tais condições, e como forma de promover o crescimento, o governo brasileiro patrocinou várias iniciativas no âmbito das políticas fiscal e monetária, a fim de amenizar os impactos adversos da desaceleração da economia. A esse respeito, cabe destacar a concessão de incentivos fiscais para setores específicos e a redução das taxas de juros - estímulos ao consumo e ao investimento -, e a desvalorização cambial, favorecendo as exportações.

Veículos leves

O mercado doméstico de veículos leves (automóveis e comerciais leves) foi amplamente beneficiado por essas medidas, apesar das oscilações do volume de vendas ao longo do ano, motivadas pela incerteza quanto à continuidade da alíquota reduzida de imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Segundo dados da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores - ANFAVEA, as vendas de veículos leves alcançaram recorde histórico de 3,63 milhões de unidades no exercício, verificando-se aumento de 6,1% em comparação com o ano anterior. Este desempenho foi particularmente favorecido pelas vendas de automóveis com motores de até 2 litros, produzidos no Brasil, alvo principal da redução do IPI.

A desonerção tributária acima referida, iniciada em maio, combinada com a progressiva queda da taxa básica de juros e a melhora no cenário de crédito para compra de veículos, trouxe a média diária de licenciamentos de veículos leves para 16,2 mil unidades nos meses subsequentes, frente a 12,4 mil unidades nos cinco primeiros meses do ano. Esses fatores foram determinantes para o processo de ajuste de estoques, reduzindo de 43 dias de vendas em maio, para 24 dias ao final do ano.

Por outro lado, observou-se queda de 7,4% dos licenciamentos de veículos leves importados, o que poderia significar avanço significativo da produção doméstica - esta a variável relevante para a Tupy no segmento. Verificou-se, porém, modesto crescimento - 1,2% em comparação com 2011 - de modo que o recorde de vendas serviu de fato para evitar que a produção recuasse e ao consumo de estoques acumulados.

Veículos pesados

No segmento de caminhões, nossa abordagem sobre o desempenho do mercado doméstico em 2012 exige referência à produção brasileira em 2011 - 223,39 mil unidades - que correspondeu a crescimento de 17,6% sobre 2010, período que já havia registrado recorde histórico.

O elevado nível de vendas de caminhões em 2011 resultou em boa medida da instituição de limites máximos de emissões de poluentes para veículos pesados movidos a diesel, a partir de 2012, quando entrou em vigor nova fase do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - Proconve P7 - legislação similar à europeia EURO 5.

Assim, em função da expectativa de encarecimento dos caminhões compatíveis com o novo padrão, observou-se, em 2011, antecipação da compra e composição de estoques de veículos com motores equipados com a tecnologia Proconve P5 (EURO 3), cuja produção era possível até 31 de dezembro daquele ano. Em contrapartida, para 2012 era natural que se expressassem quedas na produção e nas vendas desses veículos, em função das movimentações acima descritas.

A extensão desses movimentos, porém, mostrou-se muito acima das expectativas, agravada que foi pela queda da procura por fretes, decorrente de estíagns nas regiões Sul e Sudeste e do modesto crescimento da economia brasileira, variável fortemente correlacionada com o desempenho do segmento de veículos comerciais.

Dessa forma, segundo dados da ANFAVEA, as vendas domésticas de caminhões em 2012 - 139,15 mil unidades - recuaram 19,5%; a produção - 132,82 mil unidades - sofreu queda de 40,5%, ambas em comparação com 2011. Estes percentuais fundamentam a conclusão de que o ano passado foi marcado pela redução de estoques de caminhões com motores equipados com a tecnologia Proconve P5, que se encontravam na rede de distribuidores.

Cabe ressaltar que o mercado doméstico pouco respondeu aos esforços do Governo, que a partir de meados do ano instituiu diversas medidas para estimular a demanda por caminhões, máquinas e equipamentos, com destaque para:

- PAC Equipamentos: investimentos governamentais de R\$ 8,43 bilhões, boa parte dos quais destinados a aquisições de caminhões, ônibus, máquinas agrícolas e de construção;
- Edição da Medida Provisória 578: permitiu depreciação acelerada de veículos automotores para transportes de mercadorias, representando incentivo às aquisições de caminhões realizadas entre 1º de setembro e 31 de dezembro de 2012;
- Redução dos juros do Programa de Sustentação de Investimento (PSI-BNDES), de 5,5% para 2,5% ao ano para a aquisição de caminhões.

A quebra da safra de milho nos Estados Unidos, ocasionada por problemas climáticos, contribuiu para aumento dos preços de exportação e induziu crescimento da produção local do cereal, 27% na comparação com 2011. Como consequência, 2012 apresentou safra recorde de grãos - 162,1 milhões de toneladas -, crescimento de 1,2% segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Por outro lado, o impulso de condições vantajosas de financiamento - por meio de juros subsidiados do Programa de Sustentação de Investimento (PSI-BNDES), em condições semelhantes às disponíveis para o segmento de caminhões - parece ter estimulado os agricultores a investir em mecanização. Em tais circunstâncias, as vendas de máquinas agrícolas em 2012 - 69,37 mil unidades - avançaram 6,2% em relação a 2011, e a produção - 83,64 mil unidades - cresceu 2,6%, sempre na comparação com 2011.

Produtos Industriais

O menor ritmo dos investimentos na indústria, desaceleração dos empreendimentos na construção civil e redução de estoques na rede de distribuidores contribuíram para queda do volume de vendas de conexões de ferro maleável de 2% em 2012, frente a 2011. As importações mantiveram-se aos níveis daquele ano, de forma que o *market share* da Tupy manteve-se estável.

Em contexto de desempenho aquém do esperado da economia brasileira, a queda de 12% nas vendas físicas de perfis de ferro fundido em 2012, na comparação com 2011, pode ser percebida como natural, especialmente se considerarmos que são utilizados principalmente pela indústria de máquinas e equipamentos.

O mesmo se pode dizer, no que concerne à atividade econômica, quanto à queda de 19% do volume de venda de granalhas, derivada também de aumento da oferta doméstica - nova planta de concorrente - e do avanço de tecnologia substituída à tradicional, que utiliza granalhas, no corte de mármore e granitos.

MERCADO EXTERNO

No principal destino das exportações da Tupy, o ano de 2012 foi marcado por certa recuperação do nível de atividade. A economia dos Estados Unidos continuou a receber estímulos sob a forma de taxas de juros reduzidas e substanciais injeções de liquidez. Por outro lado, as incertezas advindas da disputa pela presidência, travada por candidatos com plataformas significativamente diferentes a respeito das soluções para promover o crescimento, e a indefinição sobre os limites da política fiscal (*fiscal cliff*), certamente alimentaram a aversão ao risco e a propensão à liquidez, ou seja, decisões de investimento privadas foram postergadas até melhor definição do cenário.

No balanço dessas circunstâncias, os Estados Unidos experimentaram redução de 0,7 ponto percentual na taxa de desemprego, aumento da confiança de consumidores e empresários - evidenciado pelo avanço do indicador de novas construções residenciais privadas (*housing starts*) - e recuperação da produção industrial. Nesse contexto, em 2012 o mercado norte-americano de veículos leves (automóveis e comerciais leves) registrou vendas de 14,49 milhões de unidades, acréscimo de 13,4% frente a 2011. No segmento de caminhões médios e pesados foram vendidas 364,38 mil unidades, verificando-se crescimento de 11,1%. Os dados são da publicação *Automotive News*.

Quanto à produção, houve progresso em ambos os segmentos: 19,5% no de veículos leves, segundo dados da *Automotive News* e 11,3% no de caminhões médios e pesados, de acordo com dados da publicação *WardsAuto*, sempre na comparação com 2011.

Nos mercados europeus, ao contrário, não houve como escapar aos impactos da incerteza prevalentemente, do fraco desempenho das economias nacionais e do aumento geral das taxas de desemprego. O advento do Plano Draghi, que estabeleceu mecanismo de compra de títulos de países da Zona do Euro pelo Banco Central Europeu - como forma de limitar os respectivos custos de financiamento e eliminar paulatinamente a crise das dívidas soberanas -, reduziu parcialmente a desconfortação sobre a capacidade de sobrevivência da União, em que pese a resistência oposta pelas populações de diversos países às amargas medidas de ajuste adotadas para resolver os problemas econômicos.

Em tais circunstâncias, e de acordo com dados da Associação Europeia de Fabricantes de Automóveis - ACEA, em 2012 as vendas de veículos na Europa sofreram quedas de 8,4% no mercado de leves e de 7,8% no de médios e pesados, tomando como base de comparação o exercício de 2011.

Vale ressaltar que para todos os segmentos, mercados e regiões geográficas, a produção é a variável relevante para determinar a demanda pelos produtos da Companhia, e por consequência, a análise de seus resultados correntes.

Produtos Industriais

A crise econômica na Europa - e a consequente disputa por mercado desaquecido com fabricantes locais -, associada à política de restrição às importações praticadas pela Argentina, levaram a contração de 24% dos volumes de vendas de conexões, em boa medida contrabalançada pela desvalorização cambial.

Quanto aos perfis de ferro fundido, as exportações (físicas) recuaram 17%, em função dos impactos da crise europeia sobre a demanda e da agressividade de concorrentes daquela região. Novamente, a desvalorização do Real serviu para amenizar os efeitos da queda no volume de vendas.

VOLUME FÍSICO DE VENDAS

Consolidado (Ton.)			
VOLUME FÍSICO DE VENDAS	2012	2011	Varição
Vendas Físicas Totais	564.025	471.353	19,7%
Mercado Interno	209.870	248.460	-15,5%
Participação %	37,2%	52,7%	
Mercado Externo	354.155	222.893	58,9%
Participação %	62,8%	47,3%	

O volume físico de vendas no mercado interno apresentou queda de 15,5% em relação a 2011. Quanto ao mercado externo, houve aumento de 58,9%, na comparação com o mesmo período. No caso das exportações, a variação do volume e da participação no total das vendas (62,8% em 2012, contra 47,3% em 2011) foi fortemente influenciada pela incorporação das operações adquiridas no México.

RECITAS

As recitas em 2012 cresceram 22,2% em relação a 2011.

Consolidado (R\$ Mil)			
RECITAS	2012	2011	Varição
Recitas	2.671.120	2.185.548	22,2%
Mercado Interno	983.241	1.160.985	-15,3%
Participação %	36,8%	53,1%	
Mercado Externo	1.687.879	1.024.563	64,7%
Participação %	63,2%	46,9%	

As recitas em 2012 cresceram 22,2% em relação a 2011. No mercado externo, observou-se avanço de 64,7%, considerando as vendas da Tupy no México. Nesse contexto, durante 2012, 45,8% das recitas foram provenientes da América do Norte, 11,3% dos 5 maiores mercados europeus da Tupy e 6,1% dos demais países.

Outros fatores importantes para a variação positiva das recitas do período de referência foram:

- consolidação das recitas adicionadas pelas unidades mexicanas;
- a desvalorização de 8,9% da taxa de câmbio em 2012 (2,043 R\$/US\$) frente a 2011 (1,876 R\$/US\$), impactando de maneira positiva a receita das vendas externas;
- o benefício fiscal REINTEGRA - aplicável sobre as exportações da Controladora - no valor de R\$ 32,9 milhões, instituído pela MP nº 540/2011.

CUSTOS DAS VENDAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Consolidado (R\$ Mil)			
CUSTOS DAS VENDAS E DESPESAS OPERACIONAIS	2012	2011	Varição
Custo das Vendas e Despesas Operacionais	(2.420.146)	(1.921.867)	25,9%

Os principais fatores que justificam essa variação foram:

- consolidação dos custos adicionados pelas unidades mexicanas;
- a realização de despesas fixas relacionadas ao projeto de aquisição das empresas no México;
- o aumento de custos provenientes da redução da produtividade e da capacidade de diluição de gastos fixos em função da queda no nível de atividade;
- a elevação de gastos fixos, em especial com empregados, oriunda da implantação de plano de previdência complementar e de gastos com saúde;
- a inflação de preços matérias-primas e insumos diversos, da energia elétrica e da mão de obra.

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

As outras despesas operacionais líquidas totalizaram R\$ 62,0 milhões em 2012, frente a R\$ 6,8 milhões no ano anterior. A variação reflete principalmente a amortização de ativos intangíveis gerados pela aquisição das empresas do México - relacionamento contratual com clientes e acordo de não concorrência - no montante de R\$ 34,0 milhões.

Outras fontes relevantes de despesas em 2012 foram a greve ocorrida na unidade fabril de Joinville-SC, valorizada em R\$ 12,5 milhões, e os gastos relacionados com o ajuste de quadro da unidade de Mauá/SP, no valor de R\$ 5,0 milhões.

Consolidado (R\$ Mil)			
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS	2012	2011	Varição
Outras Despesas Operacionais, Líquidas	(61.986)	(6.769)	815,7%

LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO

O lucro antes do resultado financeiro de 2012 atingiu R\$ 189,0 milhões, ou 7,1% sobre as recitas. Em 2011, a mesma variável somou R\$ 256,9 milhões, correspondentes a 11,8% sobre as recitas daquele período.

Consolidado (R\$ Mil)			
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	2012	2011	Varição
Recitas	2.671.120	2.185.548	22,2%
Custo das Vendas e Despesas Operacionais	(2.420.146)	(1.921.867)	25,9%
Outras Despesas Operacionais, Líquidas	(61.986)	(6.769)	815,7%
Lucro antes do Resultado Financeiro	188.988	256.912	-26,4%
% sobre as Recitas	7,1%	11,8%	

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido de 2012 consistiu em despesa de R\$ 86,4 milhões, comparável com a receita financeira de R\$ 21,3 milhões em 2011.

Consolidado (R\$ Mil)			
RESULTADO FINANCEIRO	2012	2011	Varição
Despesas financeiras	(113.846)	(64.582)	
Recitas financeiras	66.775	90.028	
Variações monetárias e cambiais líquidas	(39.287)	(4.101)	
(86.358)	21.345		

Os principais fatores que justificam essa variação foram:

- Juros no valor de R\$ 106,3 milhões, ante R\$ 59,3 milhões em 2011, advindos de financiamentos bancários para fortalecimento do caixa;
- Redução das receitas financeiras, de R\$ 90,0 milhões em 2011 para R\$ 66,8 milhões em 2012, em função principalmente do desdobramento de caixa para a aquisição das unidades mexicanas;
- Impacto da variação cambial sobre obrigações líquidas em moeda estrangeira, como resultado da desvalorização de 8,9% do Real frente ao Dólar.

LUCRO LÍQUIDO

O resultado líquido de 2012 registrou lucro de R\$ 66,4 milhões, frente ao lucro de R\$ 203,4 milhões no mesmo período do ano anterior.

Consolidado (R\$ Mil)			
LUCRO ANTES DOS EFEITOS FISCAIS	2012	2011	Varição
Imposto de Renda e Contribuição Social	(36.273)	(74.873)	-51,6%
Lucro Líquido do Exercício	66.357	203.384	-67,4%
% sobre as Recitas	2,5%	9,3%	

Cabe destacar que o efeito da desvalorização da taxa de câmbio sobre o ativo líquido em moeda estrangeira percentual às empresas adquiridas no México não propiciou redução do impacto cambial sobre o resultado, uma vez que, respeitando normas da contabilidade societária IFRS, esse efeito - no valor de R\$ 70,8 milhões - foi reconhecido no patrimônio líquido e informado no demonstrativo do resultado abrangente. O resultado abrangente da Companhia foi de R\$ 137,1 milhões durante 2012, o que corresponde a 5,1% sobre as recitas.

Consolidado (R\$ Mil)			
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2012	2011	Varição
Lucro Líquido do Exercício	66.357	203.384	-67,4%
(+) Variação cambial de investidas no exterior	70.765	-	0,0%
Resultado abrangente do exercício	137.122	203.384	-32,6%
% sobre as Recitas	5,1%	9,3%	

EBITDA AJUSTADO

O EBITDA Ajustado de 2012 foi de R\$ 368,7 milhões (13,8% sobre as recitas), aumento de 7,7% em relação ao valor atingido no ano anterior, R\$ 342,4 milhões (15,7% sobre as recitas).

As principais causas das variações no EBITDA foram comentadas acima, nas observações sobre o resultado. **EBITDA ajustado:** é o lucro líquido adicionado do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social, das depreciações e amortizações e ajustado pela adição das outras despesas ou redução das outras receitas operacionais líquidas. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. O EBITDA Ajustado não possui significado padronizado e a definição da Tupy de EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquela utilizada por outras sociedades.

Consolidado (R\$ Mil)			
RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO COM EBITDA	2012	2011	Varição
Lucro Líquido do Exercício	66.357	203.384	-67,4%
(+) Resultado Financeiro Líquido	86.358	(21.345)	
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	36.273	74.873	-51,6%
(+) Depreciações e Amortizações	148.149	80.633	83,7%
EBITDA (segundo a metodologia da Instrução CVM 527/12)	337.137	337.545	-0,1%
Margem EBITDA	12,6%	15,4%	
(+) Outras Despesas Operacionais, Líquidas (*)	26.335	4.816	446,8%
(-) Amortização de mais valia dos estoques	5.216	-	0,0%
EBITDA Ajustado	368.688	342.361	7,7%
Margem EBITDA Ajustado	13,8%	15,7%	

(*) Outras Despesas Operacionais, Líquidas está apresentada líquida das despesas de amortização e depreciação.

INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO

Em 2012, o total de investimentos no ativo imobilizado atingiu R\$ 188,0 milhões, 26,8% menor que o verificado em 2011. O recuo deve-se, sobretudo, ao fato de já estar em grande parte concluída a nova unidade de blocos e cabeçotes de Joinville, cuja implantação consumiu recursos vultosos em 2011, e ao conservadorismo aplicado à gestão do fluxo de caixa por força da queda do nível de atividade.

Cabe esclarecer que os investimentos em expansão, no período de referência deste relatório, dizem respeito principalmente ao aumento do parque fabril de usinagem, em função de novos projetos. A Companhia também aplicou valores na sustentação e modernização de seu parque industrial, em tecnologia da informação e em melhorias na área ambiental (aterro industrial).

Consolidado (R\$ Mil)			
ADIÇÕES NO ATIVO IMOBILIZADO	2012	2011	



TUPY S.A.
CNPJ nº 84.683.374/0003-00
Companhia Aberta



* continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Ajuste de avaliação patrimonial			Reservas de lucros			Total
		Capital social	Variação cambial de investimentos	Outros	Reserva para investimentos	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		398.395		148.490	27.284	374.584	22.006	970.759
Total do resultado abrangente do exercício								
Lucro líquido do exercício								203.384
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	21			(16.287)				16.287
Total do resultado abrangente do exercício				(16.287)				203.384
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas								
Aprovação de dividendos adicionais de 2010	21						(22.006)	(22.006)
Destinação do lucro:								
Reserva legal	21				10.169			(10.169)
Reserva para investimentos	21					125.014		(125.014)
Dividendos e juros sobre capital próprio	21						28.982	(28.982)
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas					10.169	125.014	6.976	(55.506)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		398.395		132.203	37.453	499.598	28.982	1.096.631
Total do resultado abrangente do exercício								
Lucro líquido do exercício								66.357
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	21			(13.553)				13.553
Reflexos de controladas								
Variação cambial de investimentos localizadas no exterior	12			70.765				70.765
Total do resultado abrangente do exercício				70.765				137.122
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas								
Aumento de capital com reservas	21	138.656				(138.656)		
Aprovação de dividendos adicionais de 2011	21						(28.982)	(28.982)
Destinação do lucro:								
Reserva legal	21				3.318			(3.318)
Reserva para investimentos	21					48.220		(48.220)
Dividendos e juros sobre capital próprio	21						9.456	(9.456)
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas		138.656			3.318	(90.436)	(19.526)	(79.910)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		537.051		70.765	118.650	407.771	9.456	1.185.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Tupy S.A. ("Controladora") e suas controladas (conjuntamente, "Companhia" ou "Consolidado"), possuem relevante atuação nacional e internacional na atividade de fundição de ferro, maior fundição do mundo em blocos e cabeçotes de motor em ferro fundido com diversificada base de clientes nos continentes americano, europeu e asiático, atuando nos segmentos de produtos automotivos (blocos, cabeçotes e peças) e produtos industriais (conexões, granelhas e perfis), com plantas industriais no Brasil em Joinville-SC e Mauá-SP e no México nas cidades de Saitillo e Ramos Arizpe. Além das plantas industriais, a Controladora possui sociedades no exterior, funcionando como extensão das atividades do Brasil e atuando na logística, comercialização e assistência técnica.

A Tupy é uma sociedade anônima, com sede em Joinville-SC, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo ("BOVESPA": TUPY3 e TUPY4) e tem como principais acionistas a PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e a BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, que conjuntamente detêm 71,2% do capital social.

2. Base de elaboração, moeda funcional e de apresentação

Em 16 de abril de 2012 a Controladora concluiu processo de aquisição de 100% do capital de duas empresas por R\$ 913.866 (nota 33), com plantas industriais voltadas ao segmento de produtos automotivos, conforme segue:

- Tupy México Saitillo S.A. de C.V., e a sociedade prestadora de serviços, Diesel Servicios Industriales, com sede em Saitillo;
- Technocast S.A. de C.V., e a sociedade prestadora de serviços, Servicios Industriales Technocast S.A. de C.V., com sede em Ramos Arizpe.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram inicialmente emitidas e aprovadas pela Diretoria da Companhia, em 8 de fevereiro de 2013. Todavia em atendimento às determinações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nas notas 3, 9, 15, 31, 32 e 33 foram alteradas em relação àquelas anteriormente apresentadas. As demonstrações financeiras contendo as alterações acima mencionadas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 22 de março de 2013 e reapresentadas na mesma data.

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras individuais, as quais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas; e

- As demonstrações financeiras consolidadas, as quais foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido da Controladora. No caso da Tupy S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* seria pelo custo ou valor justo.

Base de elaboração, moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), exceto para as empresas localizadas no México onde a moeda funcional é o Dólar (US\$). A moeda de preparação e apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o Real (R\$).

2.2. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, requer estimativas. Para cada crédito fiscal futuro a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação da probabilidade de geração de lucro tributável no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, preços, custos operacionais e outros gastos.

O valor contábil do imposto de renda e contribuição social da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 120.436 (R\$ 20.184 em 31 de dezembro 2011). (Nota 20)

Obrigações de benefícios de aposentadoria e pós-emprego

O valor atual de obrigações de planos de benefícios de aposentadoria e pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A determinação da provisão para imposto de renda ou imposto de renda diferido, ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais, requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação da probabilidade de geração de lucro tributável no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, preços, custos operacionais e outros gastos.

O valor contábil do imposto de renda e contribuição social da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 120.436 (R\$ 20.184 em 31 de dezembro 2011). (Nota 20)

Obrigações de benefícios de aposentadoria e pós-emprego

O valor atual de obrigações de planos de benefícios de aposentadoria e pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A determinação da provisão para imposto de renda ou imposto de renda diferido, ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais, requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação da probabilidade de geração de lucro tributável no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, preços, custos operacionais e outros gastos.

O valor contábil do imposto de renda e contribuição social da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 120.436 (R\$ 20.184 em 31 de dezembro 2011). (Nota 20)

Obrigações de benefícios de aposentadoria e pós-emprego

O valor atual de obrigações de planos de benefícios de aposentadoria e pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A determinação da provisão para imposto de renda ou imposto de renda diferido, ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais, requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação da probabilidade de geração de lucro tributável no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, preços, custos operacionais e outros gastos.

O valor contábil do imposto de renda e contribuição social da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 120.436 (R\$ 20.184 em 31 de dezembro 2011). (Nota 20)

Obrigações de benefícios de aposentadoria e pós-emprego

O valor atual de obrigações de planos de benefícios de aposentadoria e pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A determinação da provisão para imposto de renda ou imposto de renda diferido, ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais, requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação da probabilidade de geração de lucro tributável no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, preços, custos operacionais e outros gastos.

O valor contábil do imposto de renda e contribuição social da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 120.436 (R\$ 20.184 em 31 de dezembro 2011). (Nota 20)

Obrigações de benefícios de aposentadoria e pós-emprego

O valor atual de obrigações de planos de benefícios de aposentadoria e pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A determinação da provisão para imposto de renda ou imposto de renda diferido, ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais, requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação da probabilidade de geração de lucro tributável no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, preços, custos operacionais e outros gastos.

O valor contábil do imposto de renda e contribuição social da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 120.436 (R\$ 20.184 em 31 de dezembro 2011). (Nota 20)

Obrigações de benefícios de aposentadoria e pós-emprego

O valor atual de obrigações de planos de benefícios de aposentadoria e pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A determinação da provisão para imposto de renda ou imposto de renda diferido, ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais, requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação da probabilidade de geração de lucro tributável no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, preços, custos operacionais e outros gastos.

O valor contábil do imposto de renda e contribuição social da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 120.436 (R\$ 20.184 em 31 de dezembro 2011). (Nota 20)

Obrigações de benefícios de aposentadoria e pós-emprego

O valor atual de obrigações de planos de benefícios de aposentadoria e pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A determinação da provisão para imposto de renda ou imposto de renda diferido, ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais, requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação da probabilidade de geração de lucro tributável no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, preços, custos operacionais e outros gastos.

O valor contábil do imposto de renda e contribuição social da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 120.436 (R\$ 20.184 em 31 de dezembro 2011). (Nota 20)

Obrigações de benefícios de aposentadoria e pós-emprego

O valor atual de obrigações de planos de benefícios de aposentadoria e pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A determinação da provisão para imposto de renda ou imposto de renda diferido, ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais, requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação da probabilidade de geração de lucro tributável no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, preços, custos operacionais e outros gastos.

O valor contábil do imposto de renda e contribuição social da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 120.436 (R\$ 20.184 em 31 de dezembro 2011). (Nota 20)

Obrigações de benefícios de aposentadoria e pós-emprego

O valor atual de obrigações de planos de benefícios de aposentadoria e pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A determinação da provisão para imposto de renda ou imposto de renda diferido, ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais, requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação da probabilidade de geração de lucro tributável no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, preços, custos operacionais e outros gastos.

O valor contábil do imposto de renda e contribuição social da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 120.436 (R\$ 20.184 em 31 de dezembro 2011). (Nota 20)

Obrigações de benefícios de aposentadoria e pós-emprego

O valor atual de obrigações de planos de benefícios de aposentadoria e pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A determinação da provisão para imposto de renda ou imposto de renda diferido, ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais, requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação da probabilidade de geração de lucro tributável no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, preços, custos operacionais e outros gastos.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Fluxo de caixa de atividades operacionais:		39.740	274.711	102.630	278.257
Lucro líquido do exercício antes do IR e CSL					
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa oriundo das atividades operacionais:					
Depreciação de imobilizado	13	94.076	80.510	114.157	80.633
Amortização de intangível	14	–	–	33.992	–
Participação no resultado de controladas	12	(22.997)	(16.175)	–	–
Baixa de bens do imobilizado	13	452	1.170	453	1.184
Juros apropriados e variações cambiais	5	182.104	134.978	213.425	138.255
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(257)	1.120	1.286	1.120
Provisão para perdas nos estoques	6	741	(1.506)	3.031	(1.506)
Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas	19	15.930	(65.379)	15.942	(66.044)
Outros passivos de longo prazo			985	–	985
Provisão de parte do Crédito Prêmio IPI	8	(12.115)	28.561	(12.115)	28.561
Provisão de parte do Crédito Eletrobrás	10	6.378	10.083	6.378	10.083
Obrigações de benefícios de aposentadoria				3.260	–
		343.952	449.058	482.439	471.528
Varição nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		87.691	(20.176)	111.939	(56.058)
Estoques		16.944	(30.015)	(13.619)	(19.559)
Ferramentais de clientes		9.481	5.215	(6.246)	5.215
Impostos de renda e contribuição social a recuperar		3.704	(18.986)	2.732	(18.583)
Demais tributos a recuperar		(34.672)	(39.419)	(48.462)	(40.127)
Titulos a receber e outros		5.485	(7.299)	743	(5.915)
Depósitos judiciais e outros		1.078	(3.163)	(422)	(3.503)
Fornecedores		(21.934)	34.554	(764)	32.822
Demais tributos a pagar		(1.973)	2.831	(3.374)	3.492
Salários, encargos sociais e participações		(6.746)	(2.266)	(1.148)	(2.678)
Adiantamentos de clientes		4.017	5.785	388	(1.691)
Titulos a pagar e outros		22.011	(11.438)	17.522	(32.732)
Outros passivos de longo prazo		(847)	(40.730)	(11.740)	(40.730)
Juros pagos		(17.719)	(61.203)	(43.347)	(65.623)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(75.152)	(186.310)	(98.018)	(213.260)
		268.800	262.748	384.421	258.268
Caixa oriundo das atividades operacionais					
Fluxo de caixa de atividades de investimentos:					
Aquisição das empresas do México - líquido de caixa adquirido	12 e 33	(710.298)	–	(599.778)	–
Aumento de capital das empresas do México	12 e 33	(203.568)	–	(203.568)	–
Adições ao imobilizado	13	(173.036)	(244.847)	(185.382)	(245.147)
Caixa gerado na venda de ativo imobilizado	13	148	334	148	327
Caixa aplicado e utilizado nas atividades de investimentos		(1.086.754)	(244.513)	(988.580)	(244.820)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos:					
Pagamento de financiamentos e empréstimos		(392.605)	(72.603)	(392.605)	(72.603)
Amortização de financiamento de impostos		(9.783)	(9.428)	(9.783)	(9.428)
Novos financiamentos e empréstimos		335.532	984.630	335.532	984.630
Controladas e coligadas		(213)	(221)	–	–
Juros sobre o capital e dividendos pagos		(84.488)	(64.399)	(84.488)	(64.399)
Aplicação de recursos de longo prazo	4	5.683	(4.229)	5.683	(4.229)
Caixa aplicado e utilizado nas atividades de financiamentos		(146.054)	833.210	(145.841)	833.431
Efeito cambial no caixa do exercício		(5.200)	(1.180)	(10.648)	(4.160)
Aumento (diminuição) da disponibilidade de caixa		(969.208)	850.265	(760.648)	842.719
Caixa e					



TUPY S.A.

CNPJ nº 84.683.374/0003-00
Companhia Aberta



* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ganhos e as perdas atuárias, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuárias, são registrados no resultado do exercício em que forem apurados os ganhos e as perdas atuárias.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. (nota 18)

q. Adiantamentos de clientes

Referem-se a adiantamentos de recursos para a construção de ferramentais que serão utilizados no processo produtivo. São registrados pelos valores contratados e atualizados pela variação cambial quando aplicável e liquidados quando do faturamento do objeto da transação, a receita proveniente do adiantamento de clientes é reconhecida quando da conclusão da construção de ferramentais e com a aprovação do feramental pelo cliente.

r. Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. É constituída em montante considerado pela Administração suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até as datas dos balanços, observada a natureza de cada provisão e apoiada na opinião de advogados internos e externos à Companhia. (nota 19)

s. Receitas

As receitas são apresentadas líquidas dos tributos e dos descontos incidentes. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando concedidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. (nota 22)

t. Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, quando houver. (nota 27)

u. Demonstrações de valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no *CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado*. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), menos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

v. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.

- IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliou que sua adoção não trará impacto às suas demonstrações financeiras, uma vez que a Companhia não possui perdas ou ganhos atuários acumulados não reconhecidos.

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descaimento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

- IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoiar-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliou que sua adoção não trará impacto às suas demonstrações financeiras.

- IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". A norma prevê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Sua adoção não trará impactos, uma vez que a Companhia não possui investimentos em joint ventures.

- IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

- IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e bancos no país	2.171	2.766	2.397	2.983
Aplicações financeiras no país	283.891	1.232.083	283.891	1.232.083
Aplicações financeiras no exterior	153.163	173.584	374.149	186.119
	439.225	1.408.433	660.437	1.421.085

As aplicações financeiras no país são remuneradas pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, com taxa média equivalente de 7,03% ao ano e no exterior à taxa média de 0,45% ao ano (taxas médias de 11,07% e 0,55% ao ano, respectivamente, em dezembro de 2011).

A exposição ao risco de taxa de juros e análise de sensibilidade para os ativos financeiros estão divulgadas na nota de instrumentos financeiros. (nota 32)

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Controladora e consolidado

	2012	2011
Saldo inicial	24.192	19.963
Resgates	(5.683)	-
Variações no valor justo	1.928	4.229
	20.437	24.192

São remuneradas pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, à taxa média equivalente de 7,18% ao ano (taxa média de 11,31% ao ano em dezembro de 2011) e vinculadas em operações com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (nota 15)

5. CONTAS A RECEBER

Os valores a receber de clientes indicados por mercado e por prazo de recebimento estão refletidos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Mercado interno	64.059	115.693	64.059	115.838
Mercado externo	69.703	105.903	183.696	155.762
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.525)	(1.925)	(3.068)	(1.925)
	132.237	219.671	244.687	269.675

O saldo de contas a receber do mercado interno é composto exclusivamente em Reais e do mercado externo predominantemente em Dólar (US\$).

O montante de contas a receber da Controladora, no mercado externo, inclui valores referentes a partes relacionadas que são eliminados na consolidação. (nota 9)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
A vencer até 30 dias	78.501	146.720	153.513	195.753
A vencer de 31 a 60 dias	24.435	44.351	53.438	49.359
A vencer acima de 61 dias	19.265	22.419	8.573	13.597
Total a Vencer	122.201	213.490	215.524	258.709
Vencidas até 30 dias	5.600	2.980	10.200	4.360
Vencidas de 31 a 60 dias	4.402	3.103	11.936	6.508
Vencidas acima de 61 dias	1.559	2.023	10.095	2.023
Total Vencidas	11.561	8.106	32.231	12.891
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.525)	(1.925)	(3.068)	(1.925)
	132.237	219.671	244.687	269.675

A Companhia realiza análise quantitativa e qualitativa da carteira de títulos a receber para determinar a provisão para perdas em recebíveis. Os títulos vencidos dos principais clientes da Companhia são analisados qualitativamente. A provisão para créditos de liquidação duvidosa por categoria de atraso, está apresentado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Mercado interno	35	98	35	98
De 61 a 180 dias	974	712	974	712
Mercado externo	-	-	736	-
	516	1.115	1.323	1.115
	1.525	1.925	3.068	1.925

Durante o exercício, a provisão para devedores duvidosos apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo inicial	(1.925)	(3.278)	(1.925)	(3.278)
Adições	(484)	(1.120)	(2.027)	(1.120)
Reversões	741	-	741	-
Baixas	143	2.473	143	2.473
Saldo final	(1.525)	(1.925)	(3.068)	(1.925)

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Produtos acabados	76.352	71.511	136.502	89.588
Produtos em elaboração	32.826	26.275	47.713	26.275
Matérias-primas	27.429	33.251	42.769	33.251
Materiais de processo	19.281	41.618	28.792	41.618
Materiais de manutenção e outros	33.713	33.890	40.451	33.890
Provisão para perdas	(3.102)	(2.361)	(5.392)	(2.361)
	186.499	204.184	290.835	222.261

A provisão para perdas durante o exercício apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo inicial	(2.361)	(3.867)	(2.361)	(3.867)
Adições	-	-	(3.031)	-
Baixas por perda	1.506	-	1.506	-
Saldo final	(3.102)	(2.361)	(5.392)	(2.361)

O custo dos estoques reconhecido como despesa durante o período em relação às operações continuadas foi de R\$ 2.211.858 (R\$ 1.745.632 em 31 de dezembro de 2011).

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Circulante	659	28.786	1.796	29.840
Não Circulante	50.256	-	50.256	-
	50.915	28.786	52.052	29.840

São decorrentes de tributos sobre o lucro real, pagos a maior em 2011 e 2012 em função da forma de tributação pelo lucro real mensal com ajuste anual. A Companhia está apresentando o saldo de imposto de renda e contribuição social em R\$ 50.256 como não circulante em virtude da expectativa da compensação do pagamento do imposto de renda e contribuição social para o exercício de 2013, com os tributos federais a recuperar apresentados na nota 8.

8. DEMAIS TRIBUTOS A RECUPERAR

Os demais tributos a recuperar, classificados em função da expectativa de realização, são representados como segue:

	2012		2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Total	93.170	159.509	93.170	159.509

Controladora

(a) Crédito prêmio de IPI 1979/1981	31.020	-	31.020	53.647	-	53.647
(b) Crédito prêmio de IPI 1988/1990	-	78.217	78.217	-	63.227	63.227
(c) ICMS a recuperar - SP	-	27.537	27.537	-	22.938	22.938
(d) ICMS a recuperar - SC	9.260	11.495	20.755	11.644	7.005	18.649
(e) Benefício Reintegra	32.920	-	32.920	-	-	-
(f) COFINS, PIS e IPI a recuperar	2.116	-	2.116	1.048	-	1.048
	75.316	117.249	192.565	66.339	93.170	159.509

(g) Imposto sobre valor agregado - IVA

	50.124	1.848	51.972	4.393	1.787	6.180
Consolidado	125.440	119.097	244.537	70.732	94.957	165.689

A origem dos créditos acima relacionados é a seguinte:

a. Crédito Prêmio de IPI - Exportações 1979 a 1981
Trata-se do benefício fiscal originário das exportações realizadas pela Companhia entre os anos de 1979 e 1981, cujo direito à utilização foi reconhecido por decisão judicial transitada em julgado em dezembro de 2003. A decisão de execução de sentença transitou em julgado em março de 2011. Em abril de 2011 a Companhia apresentou pedido de desistência dos atos executórios, visando a satisfação do crédito no âmbito administrativo, que foi acolhido em junho de 2011 e transitado em julgado em agosto de 2011. Em setembro de 2011 a Companhia requereu, perante a Receita Federal do Brasil, a habilitação integral do referido crédito e, em fevereiro de 2012 o pedido foi deferido, o que permitiu a compensação de R\$ 52.627 com tributos federais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. As expectativas apontam para a utilização integral nos próximos 12 meses.

b. Crédito Prêmio de IPI - Exportações Jun/1988 a Out/1990
Originário das exportações realizadas pela Companhia entre os meses de junho de 1988 e outubro de 1990, cujo direito à utilização foi reconhecido por decisão do Superior Tribunal de Justiça transitada em julgado em abril de 2009.

A Companhia protocolou, em 25 de janeiro de 2012, o pedido de liquidação da referida sentença e a expectativa é de que tal processo seja concluído em até três anos, o que permitirá a realização do crédito mediante a emissão de precatórios.

Em 22 de março de 2012, foi deferida a realização da prova pericial, com posterior solicitação de apresentação de quesitos. A Companhia já apresentou os pertinentes quesitos de sua parte. Considerando a referida expectativa de realização, a Companhia realizou ajuste a valor presente de R\$ 16.446 (R\$ 28.561 em 2011). O saldo a valor futuro em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 94.663 (R\$ 91.788 em 2011).

c. ICMS a recuperar em São Paulo
São créditos decorrentes de compras de matérias-primas utilizadas no processo de manufatura de produtos exportados. A Companhia está em fase de conclusão de estudo que irá determinar a expectativa de utilização do crédito.

d. ICMS a recuperar em Santa Catarina
São créditos decorrentes de compras de ativos imobilizados, no montante de R\$ 20.755, realizáveis em 48 parcelas conforme a legislação estadual aplicável (R\$ 18.649 em 2011).

e. Benefício Reintegra
São créditos decorrentes do benefício instituído pela Medida Provisória 540 de 2 de agosto de 2011 e regulamentado pelo Decreto nº 7.633 de 1º de dezembro de 2011, com vigência prorrogada até 31 de dezembro de 2013 pela Medida Provisória 601 de 28 de dezembro de 2012. O montante reconhecido até 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 32.920 e as projeções da Companhia apontam para a realização mediante compensação de tributos federais durante o ano de 2013.

f. COFINS, PIS e IPI a recuperar
São créditos decorrentes da aquisição de insumos utilizados no processo produtivo e são compensados com os tributos incidentes na venda de mercadorias.

g. Imposto sobre valor agregado - IVA
São créditos decorrentes da aquisição de insumos utilizados no processo produtivo nas controladas no exterior e são compensados com os tributos incidentes na venda de mercadorias.

9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações da Controladora com partes relacionadas podem ser resumidas como segue:

a. Empresas controladas:

	Direitos a receber		Obrigações	
	2012	2011	2012	2011
Tupy American Foundry Co.	4.444	21.924	-	-
Tupy American Iron & Alloys Co.	-	2	-	-
Tupy Europe GmbH	6.048	7.170	-	-
Tupy Argentina S.R.L.	2.163	1.992	-	-
Tupy Mexico Sallito, S.A. de C.V	-	-	176	-
Tupy Agroenergética Ltda.	-	-	61	158
Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. - Sofunge "em liquidação"	-	-	1.415	1.527
	12.655	31.088	1.652	1.685

12. INVESTIMENTOS

a. Composição dos investimentos

	Patrimônio líquido		Combinação de negócios		Lucro do período		Participação no capital social (%)		Equivalência patrimonial (*)		Valor patrimonial (*)	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Total do ativo	460.577	309.846	208.799	18.176	100,00							



TUPY S.A.
CNPJ nº 84.683.374/0003-00
Companhia Aberta



* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS	Vencimento	Controladora e consolidado (R\$ mil)	Custo médio	
			2012	2011
Moeda Nacional				
(a) Projeto de expansão da Tupy S.A. - BNDES	Jul/2018	TJLP + 2,76% a.a.	236.879	171.519
(c) Pré-pagamento de exportações	Jul/2015	6,97% a.a.	654.417	751.326
(b) BNDES Exim - Pré-embarque (PSI)	Mar/2021	6,82% a.a.	16.306	8.116
Moeda Estrangeira				
(a) Projeto de expansão da Tupy S.A. - BNDES	Jul/2016	VC + 5,86% a.a.	35.833	16.658
(c) Pré-pagamento de exportações	Set/2017	VC + Libor + 3,79% a.a.	876.812	836.882
Capital de giro	Mar/2013	VC + Libor + 1,90% a.a.	7.414	19.263
Resultado líquido de operações de SWAP	Fev/2012	VC + 1,10% a.a.	-	(7.092)
Total endividamento			1.827.661	1.796.672
Parcela de curto prazo			530.993	394.399
Parcela de longo prazo			1.296.668	1.402.273

Os vencimentos de longo prazo são como seguem:

Controladora e Consolidado	2012	2011
Ano	2012	2011
2013	-	514.055
2014	175.299	138.881
2015	515.627	265.088
2016	301.140	250.722
2017	280.837	230.609
Após	23.765	2.918
	1.296.668	1.402.273

Os valores contábeis dos empréstimos aproximam-se dos valores justos.

a. Projeto de Expansão da Tupy S.A. - BNDES

Trata-se de financiamento para expansão obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, contratado em 15 de junho de 2009, no valor de R\$ 199.343, com prazo médio de 4,5 anos, e prevendo 89% de recursos com custos em reais e 11% em dólares norte-americanos. As garantias são compostas por equipamentos fabris, hipoteca, fiança bancária e depósito caução de 12% do saldo devedor. (nota 4)

Em janeiro de 2012, a Companhia contratou novo empréstimo no montante de R\$ 195.934 junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, na modalidade Finem, com prazo médio de 4,3 anos, dos quais, R\$ 127.094 foram liberados até 31 de dezembro de 2012, cuja finalidade é financiar investimentos, realizados e a realizar, entre 2011 e o primeiro trimestre de 2013.

O novo contrato prevê 83% de recursos com custos em reais e 17% em dólares norte-americanos. As garantias são compostas por equipamentos fabris das unidades de Usinagem e de Blocos da planta de Joinville, SC. (nota 13 c).

b. BNDES Exim - Pré-embarque (PSI)

Em setembro e novembro de 2009 e em junho de 2010 a Companhia contratou com diversas instituições financeiras operações na modalidade BNDES Exim - Pré-Embarque do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), nos montantes de R\$ 299.217 e R\$ 250.000 respectivamente, que foram destinados à substituição de dívidas vinculadas no curto prazo e reforço de caixa da Companhia. Os recursos contratados em 2009 e 2010 possuem prazo médio de 3 anos e amortização do principal em parcela única no final de cada contrato.

Em setembro e outubro de 2011, a Companhia contratou com diversas instituições financeiras, operações na modalidade BNDES Exim - Programa de Sustentação do Investimento (PSI), no montante de R\$ 200.000, que foram destinados à substituição de dívidas vinculadas no curto prazo e reforço de caixa da Companhia. Os contratos possuem prazo médio de 2 anos e amortização do principal em parcela única no final de cada contrato. Em junho e julho de 2012, a Companhia contratou com diversas instituições financeiras, operações na modalidade BNDES Exim - Programa de Sustentação do Investimento (PSI), no montante de R\$ 200.000, cujos valores foram liberados em julho e agosto de 2012. Tais recursos foram destinados à substituição de dívidas vinculadas no curto prazo e reforço de caixa da Companhia. Os contratos possuem prazo total de 3 anos e amortização do principal em parcela única no final de cada contrato.

c. Pré-pagamento de exportações

Em setembro e outubro de 2011 foram contratadas operações de empréstimo no montante de US\$ 420 MM junto aos Bancos do Brasil, Itaú, Safra e Bradesco, todas com prazo médio de 4,5 anos. Tais recursos serão destinados para reforço de caixa e garantir o cumprimento de dívidas vinculadas a partir de 2012.

Aproximadamente 55% dos contratos de financiamentos e empréstimos estão sujeitos ao cumprimento do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA Ajustado, e outros 8% estão sujeitos a demais índices financeiros, os quais compreendem: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado; EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro; Dívida Líquida/Patrimônio Líquido; Patrimônio Líquido/Ativo Total e Ativo Circulante/Passivo Circulante. Em 31 de dezembro, todos os índices financeiros estão sendo cumpridos.

EBITDA Ajustado: é o lucro líquido adicionado do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, das depreciações e amortizações e ajustado pela adição das outras despesas ou redução das outras receitas operacionais líquidas.

Dívida líquida é a dívida bancária, líquida de caixa e equivalentes de caixa e aplicações de longo prazo.

16. FINANCIAMENTO DE IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS

Em 31 de julho de 2003, a então controlada Tupy Fundições Ltda. formalizou pedido de adesão ao programa REFIN-PAES, previsto na Lei nº 10.684/03, para recolhimento de débitos junto ao INSS, no montante de R\$ 58.379, que vem sendo amortizados em 120 parcelas mensais, corrigidas pela TJLP, sem constituição de qualquer forma de garantia por parte da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 7.491, divididos em 8 parcelas (R\$ 16.886 em 31 de dezembro de 2011).

17. SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Salários	7.922	9.339	12.505	9.713
Provisão de férias e 13º salário	40.374	44.631	43.561	44.631
Encargos sociais	10.598	13.283	16.079	13.283
Programa de participação no resultado	20.475	18.810	24.657	18.810
Previdência privada	1.520	1.572	1.520	1.572
	80.889	87.635	98.822	88.009

O programa de participação dos empregados no resultado da Companhia é proporcional ao período aquisitivo e está atrelado a índices econômico/financeiros e operacionais e metas de desempenho individuais.

Em 2011 a Companhia instituiu plano opcional de previdência privada, para todos os empregados no Brasil. A modalidade do plano é o de contribuição definida onde para cada valor contribuído por empregado, limitado a um percentual estabelecido sobre a folha de pagamento, a Companhia contribui com igual valor.

18. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

A Controladora adquiriu empresas no México, as quais possuem obrigações de benefícios definidos. O objetivo dos planos de benefícios definidos é oferecer aos funcionários benefícios de aposentadoria, adicionais e complementares aos prestados por outros planos de aposentadoria ou pensão, públicos ou privados, adicionalmente a legislação mexicana também prevê outros benefícios definidos de prêmio por antiguidade e indenização legal.

Na data-base de 31 de dezembro de 2012, os valores relacionados aos benefícios pós-emprego foram apurados em avaliação atuarial anual, conduzida por atuários independentes, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras. O passivo atuarial registrado em 31 de dezembro de 2012 totalizou R\$ 14.212 (R\$ 9.363 em 31 de abril de 2012, data de aquisição das empresas no México (Nota 33)).

Consolidado

Obrigações registradas no balanço patrimonial com benefícios de planos previdenciários

	2012	2011
Plano de pensão (a)	796	-
Outros benefícios a empregados	3.370	-
Prêmio por antiguidade (b)	10.046	-
Indenização legal (c)	14.212	-

Consolidado

Despesas reconhecidas na demonstração de resultado com benefícios de planos previdenciários

	2012	2011
Plano de pensão (a)	1.596	-
Outros benefícios a empregados	943	-
Prêmio por antiguidade (b)	3.526	-
Indenização legal (c)	6.065	-

Saldo inicial

	2012
Aquisição de controladas no México (Nota 33)	9.363
Despesas reconhecidas no resultado	2.365
Contribuições da Companhia e ex-controladores	(1.216)
Consolidado	14.212

a. Plano de pensão

O plano de pensão é concedido a todos os funcionários de confiança a serviço da controlada Diesel Servicos Industriais, S.A. de C.V., onde as contribuições são integralmente pagas pela controlada. O benefício máximo será o equivalente a três meses de salário mais o equivalente a 20 dias de salário para cada ano trabalhado.

O funcionário pode solicitar esse benefício ao atingir 65 anos de idade e pelo menos 15 anos de serviço, ou antecipar a utilização do benefício aos 60 anos de idade e pelo menos 15 anos de serviço, mas terá o benefício reduzido em 5% para cada ano antecipado.

b. Prêmio por antiguidade

Os funcionários das empresas no México de acordo com a legislação local têm direito a um prêmio por antiguidade, quando do término da relação de trabalho por morte ou invalidez, desligamento e saída da empresa após 15 anos ou aposentadoria.

O custo é coberto inteiramente pelas empresas do México e o montante a ser indenizado consiste em 12 dias de salário por ano de serviço, onde a indenização não pode ultrapassar mais do que dois salários mínimos para a zona econômica onde o serviço é prestado.

c. Indenização legal

Os funcionários das empresas no México de acordo com a legislação local têm direito a indenização legal quando do término da relação de trabalho. O custo é coberto inteiramente pelas empresas do México e consiste em 3 meses de salário e mais o proporcional a 20 dias de salário por ano de serviço.

d. Resultado da avaliação atuarial

(i) Evolução do valor presente das obrigações Consolidado

	Plano de Pensão	Prêmio por Antiguidade	Indenização Legal	Total
Em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	-
Passivos assumidos em uma combinação de negócios (nota 33)	4.616	2.569	6.657	13.842
Custo do serviço corrente	210	158	266	634
Juros sobre obrigações atuariais	238	136	398	772
Benefícios pagos	(324)	(142)	(137)	(603)
Efeito de alterações financeiras	1.330	337	2.054	3.721
Variação cambial	560	312	808	1.680
Em 31 de dezembro de 2012	6.630	3.370	10.046	20.046

(ii) Evolução do valor justo dos ativos Consolidado

	Plano de Pensão	Prêmio por Antiguidade	Indenização Legal	Total
Em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	-
Ativos adquiridos em uma combinação de negócios (nota 33)	4.479	-	-	4.479
Retorno esperado sobre os ativos	215	-	-	215
Contribuições do empregador	-	142	137	279
Benefícios pagos	(324)	(142)	(137)	(603)
Contribuições de ex-controladores	937	-	-	937
Variação cambial	527	-	-	527
Em 31 de dezembro de 2012	5.834	3.370	10.046	19.250

(iii) Conciliação dos passivos reconhecidos no balanço Consolidado

	Plano de Pensão	Prêmio por Antiguidade	Indenização Legal	Total
Passivos reconhecido por combinação de negócios (nota 33)	4.616	2.569	6.657	13.842
Valor presente das obrigações	(4.479)	-	-	(4.479)
Valor justo dos ativos	137	2.569	6.657	9.363

Em 31 de dezembro de 2012

	Plano de Pensão	Prêmio por Antiguidade	Indenização Legal	Total
Valor presente das obrigações	6.630	3.370	10.046	20.046
Valor justo dos ativos	(5.834)	3.370	(5.834)	(8.298)
	796	3.370	10.046	14.212

(iv) Custos reconhecidos na demonstração do resultado do exercício Consolidado

	Plano de Pensão	Prêmio por Antiguidade	Indenização Legal	Total
Custo dos serviços correntes	210	158	266	634
Juros sobre obrigações atuariais	238	136	398	772
Retorno esperado sobre os ativos	(215)	-	-	(215)
Efeito de alterações financeiras	1.330	337	2.054	3.721
Variação cambial	560	312	808	1.680
Em 31 de dezembro de 2012	1.596	943	3.526	6.065

(v) Hipóteses atuariais, econômicas e biométricas Consolidado

	Plano de Pensão	Prêmio por Antiguidade	Indenização Legal	Total
Taxa de desconto	6,50%	6,50%	6,50%	6,50%
Retorno esperado sobre os ativos	6,50%	6,50%	6,50%	6,50%
Taxa de crescimento salarial	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa de crescimento do salário mínimo	4,25%	4,25%	4,25%	4,25%
Tábuas de mortalidade	-	-	-	-

Experiência mexicana de seguridade social ativos 2009

Experiência mexicana

Experiência da empresa

19. PROVISÕES TRIBUTÁRIAS, CÍVEIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS

A Companhia possui processos em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões, no caso de perdas prováveis, suportadas por opiniões de assessores jurídicos.

As movimentações ocorridas no período no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 nas provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas e os respectivos saldos estão compostas da seguinte forma:

Controladora	2011	Adições	Atualizações	Baixas	Pagamentos	2012
PROVISÕES						
Cíveis	71.471	-	7.484	-	-	78.955
Tributárias - PIS, COFINS, ICMS e IPI	10.154	-	131	-	-	10.285
Trabalhistas - Processos de ex-empregados	13.580	8.315	-	-	(6.903)	14.992
Previdenciárias - INSS (SEBRAE e RAT)	4.484	-	-	-	-	4.484
Depósitos judiciais vinculados	(8.650)	(1.012)	-	-	328	(9.334)
	91.039	7.303	7.615	-	(6.575)	99.382

Consolidado	2011	Adições	Atualizações	Baixas	Pagamentos	2012
PROVISÕES						
Cíveis	71.930	-	7.484	-	-	79.414
Tributárias - PIS, COFINS, ICMS e IPI	10.197	-	131	-	-	10.328
Trabalhistas - Processos de ex-empregados	13.641	8.327	-	-	(6.903)	15.065
Previdenciárias - INSS (SEBRAE e RAT)	4.484	-	-	-	-	4.484
Depósitos judiciais vinculados	(8.849)	(1.022)	-	-	328	(9.543)
	91.403	7.305	7.615	-	(6.575)	99.748

Em geral, as provisões de contingências da Companhia são de longo prazo. Considerando o tempo necessário para concluir os processos judiciais através do sistema judiciário brasileiro, é difícil fazer estimativas precisas sobre o ano específico que um processo judicial será concluído, por esse motivo a Companhia não está divulgando o fluxo de liquidação destes passivos.

As provisões acima descritas são atualizadas, principalmente, pela variação da taxa SELIC e IGPM e seus reflexos no resultado do exercício estão descritos na nota 22.

• Cíveis

As provisões cíveis estão relacionadas aos honorários de êxito em processos fiscais e débito contingente proveniente de aquisição de controlada.

• Processos de natureza tributária

Tratam-se de provisões relacionadas a processos administrativos fiscais que versam sobre determinados creditamentos adotados pela Companhia na apuração dos tributos ICMS, PIS e COFINS.

• Processos de natureza trabalhista

São processos movidos por ex-empregados em trâmite na Justiça do Trabalho, pleiteando indenizações e verbas trabalhistas supostamente devidas pela Companhia.

• Processos de natureza previdenciária

As provisões previdenciárias estão relacionadas a supostos débitos decorrentes de divergências entre a declaração das contribuições previdenciárias (GFIP) e o respectivo pagamento (GPS). Tais divergências decorrem de valores questionados pela Companhia e forma devidamente depositados em juízo.

Contingências com probabilidade de perdas possíveis

Não foram constituídas provisões para as contingências passivas cujo prognóstico, dos assessores jurídicos externos da Companhia, é de que são possíveis as chances de perda.

Controladora e Consolidado

	2012	2011
Créditos de PIS, COFINS e IPI/Processos de IRPJ e CSLL	82.751	77.527
Débitos quitados em anistia fiscal	63.212	42.624
Créditos de ICMS	32.287	25.758
Débitos fiscais prescritos	110.368	123.151
Processos de natureza previdenciária	69.495	64.290
Processos de natureza trabalhista	15.738	19.180
Processos de natureza cível	6.623	6.551
	380.474	259.081

• Créditos de PIS e COFINS/Processos de IRPJ e CSLL

Processos de PIS e COFINS: Processos administrativos nos quais a Receita Federal do Brasil questiona a Companhia pela utilização de créditos gerados nas aquisições de insumos nos períodos entre os anos de 2004 e 2011 (divergências na conciliação de insumos). A Companhia apresentou defesa administrativa demonstrando a pertinência dos creditamentos em atendimento à legislação tributária.

Processos de IRPJ e CSLL: Processos administrativos dos anos de 1994 e 2006 nos quais a Receita Federal do Brasil questiona, respectivamente, a determinação do lucro tributável, e a utilização do IRPJ estimativa. A Companhia apresentou defesa sustentando que a apuração fiscal foi realizada de



TUPY S.A.

CNPJ nº 84.683.374/0003-00
Companhia Aberta



* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Clientes relevantes responsáveis por mais de 10% das receitas totais da Companhia

A Companhia possui um portfólio diversificado de clientes nacionais e internacionais. No segmento de produtos automotivos existem clientes que individualmente representam mais de 10% das receitas consolidadas, conforme informações abaixo:

Table with columns: 2012, %, 2011, %. Rows include Clientes A, B, C, D, and Total Produtos Automotivos.

Conciliação dos custos e despesas por segmento

Table with columns: 2012, 2011, 2012, 2011, 2012, 2011. Rows include Autômatos Industriais, Total, and sub-segments.

Conciliação de ativos e passivos

Table with columns: 2012, 2011, 2012, 2011, 2012, 2011. Rows include ATIVO, PASSIVO, and various asset and liability categories.

Conciliação de ativos e passivos

Table with columns: 2012, 2011, 2012, 2011, 2012, 2011. Rows include ATIVO, PASSIVO, and various asset and liability categories.

Conciliação de ativos e passivos

Table with columns: 2012, 2011, 2012, 2011, 2012, 2011. Rows include ATIVO, PASSIVO, and various asset and liability categories.

30. TRANSAÇÕES QUE NÃO IMPACTARAM NO CAIXA

A Companhia realizou transações que não impactaram o caixa, provenientes de atividades de investimento e, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Table with columns: Nota explicativa, Controladora, Consolidado. Rows include Instrumentos Financeiros por Categoria, Balanço Patrimonial, Ativos financeiros a valor justo, etc.

32. GERENCIAMENTO DO RISCO FINANCEIRO

32.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos riscos financeiros inerentes a sua operação, sendo originados em riscos de crédito, liquidez, mercado e operacional.

a. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e de equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, aplicações financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

32.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e beneficiar as outras partes interessadas.

32.3 Valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (relação ao valor recuperável) no caso de contas a receber, esteja próxima de seu valor justo.

32.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contratantes.

32.5 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Qualidade do crédito dos ativos financeiros é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contratantes.

32.6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Qualidade do crédito dos ativos financeiros é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contratantes.

32.7 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Qualidade do crédito dos ativos financeiros é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contratantes.

da Controladora, conforme definido na política de exposição cambial da Companhia.

Adicionalmente, as operações da Companhia no México possuem moeda funcional o dólar e possuem limitada exposição ao peso mexicano.

Exposição líquida com impacto no resultado abrangente

Table with columns: 2012, 2011. Rows include Em R\$ mil, Em US\$ mil, and total values.

Exposição líquida total

Table with columns: 2012, 2011. Rows include Em R\$ mil, Em US\$ mil, and total values.

Análise de sensibilidade da Exposição Cambial

Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio, de acordo com a instrução normativa CVM nº 475, na qual a variável de risco é avaliada com oscilação de 25% e 50%, em relação ao cenário provável estimado pela Companhia.

ExPOSIÇÃO CAMBIAL CONTÁBIL

Table with columns: Cenário (I), (II), (III). Rows include Taxa do dólar, Posição ativa, Posição passiva, etc.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em variações de taxas de juros, sobre as aplicações e empréstimos bancários afetando de forma direta as contas de resultados.

Consolidado - Valor contábil

Table with columns: Nota explicativa, 2012, 2011. Rows include Instrumentos de taxa variável, Instrumentos de taxa fixa, etc.

Instrumentos de taxa variável

Table with columns: 2012, 2011. Rows include Ativos financeiros, Passivos financeiros, etc.

Instrumentos de taxa fixa

Table with columns: 2012, 2011. Rows include Ativos financeiros, Passivos financeiros, etc.

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros variável e fixa

A Companhia possui aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósitos Bancários), atrelados a variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). A simulação considera, uma redução na taxa de juros CDI, de acordo com a instrução normativa CVM nº 475, na qual a variação do risco é avaliada com oscilação de 25% e 50% em relação ao cenário provável estimado pela Companhia.

Risco da Taxa de Juros

Table with columns: Consolidado, Cenário I, II, III. Rows include Divulgado, Redução Taxa de Juros, etc.

Instrumentos de Taxa Variável (MI)

Table with columns: 2012, 2011. Rows include Divulgado, Redução Taxa de Juros, etc.

Aplicações financeiras

Impacto Potencial

Empréstimos e financiamentos

Impacto Potencial

A Companhia possui aplicações financeiras no exterior com taxas fixas, porém, impactadas pelas condições macroeconômicas e sujeitas a oscilações.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo produtivo, principalmente as sucatas, o ferro gusa, as ligas metálicas, o coque e a energia elétrica.

Risco de taxa de juros

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas, processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

Risco de taxa de juros

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas, processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

Risco de taxa de juros

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas, processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

Risco de taxa de juros

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas, processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

Risco de taxa de juros

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas, processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

Risco de taxa de juros

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas, processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

Risco de taxa de juros

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas, processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

Risco de taxa de juros

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas, processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

Risco de taxa de juros

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas, processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

Risco de taxa de juros

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas, processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

Risco de taxa de juros

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas, processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

Risco de taxa de juros

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas, processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

Risco de taxa de juros

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas, processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

Risco de taxa de juros

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas, processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

Risco de taxa de juros

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas, processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

Risco de taxa de juros

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas, processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

Risco de taxa de juros

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas, processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

Risco de taxa de juros

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas, processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

Risco de taxa de juros

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas, processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

Risco de taxa de juros

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas, processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

Risco de taxa de juros

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas, processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

Qualidade dos créditos dos ativos financeiros:

Os valores de contas a receber de clientes apresentam as seguintes classificações de risco:

- Risco baixo, clientes do segmento automotivo, exceto clientes que já apresentaram perdas históricas; Moderado, clientes do segmento industrial, exceto clientes que já apresentaram perdas históricas; Alto, clientes que possuem saldos provisionados e perdas históricas.

33. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Em 16 de abril de 2012, a Controladora adquiriu 100% do capital social das empresas Cifunsa Diesel, S.A. de C.V. (razão social posteriormente alterada para Tupy México Sallitilo, S.A. de C.V.) e Technocast, S.A. de C.V. e as respectivas sociedades prestadoras de serviços, localizadas no México, nas cidades de Sallitilo e Ramos Arizpe, voltadas à produção de blocos e cabeçotes de ferro fundido utilizados na fabricação de motores para veículos de passeio e comerciais, máquinas agrícolas e de construção, motores para geração de energia, além de outros produtos de fundição.

A transação foi concretizada por valor equivalente a US\$ 497,9 milhões (R\$ 913,9 milhões) divididos da seguinte forma:

- US\$ 439,0 milhões pelas empresas, sem caixa e sem dívida; US\$ 56,2 milhões pelo saldo de caixa existente na data de sua aquisição; US\$ 2,7 milhões pelo ajuste de preço de aquisição (setembro 2012).

Os intangíveis identificados na combinação de negócios totalizaram R\$ 360.216, líquido do imposto diferido, os quais são atribuíveis à base adquirida de clientes, acordos de não concorrência e à perspectiva de lucratividade futura (goodwill).

A demonstração consolidada do resultado da Companhia incluí o montante de R\$ 633.611, de receitas geradas pelas empresas Tupy México Sallitilo, S.A. de C.V. e Technocast, S.A. de C.V. Essas empresas também contribuíram com lucro líquido de R\$ 10.203 mil no mesmo período.

A demonstração consolidada do resultado pro forma apresentaria receita pro forma de R\$ 2.911.632 e lucro pro forma de R\$ 58.189. As informações da receita e do lucro foram obtidas mediante ajustes efetuados a partir da demonstração do resultado consolidado, fazendo refletir os impactos da aquisição como se esta tivesse ocorrido no dia 1º de janeiro de 2012, cujos detalhes estão refletidos nas Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma da Tupy S.A. (Não auditada).

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir as empresas e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo reconhecidos de forma definitiva devido a combinação de negócios.

Table with columns: Tupy México, Technocast, Total. Rows include Caixa em US\$ mil, Caixa em US\$ mil (saldo de caixa), etc.

Em 17 de setembro de 2012

Ajuste de preço de aquisição

Total da contraprestação em US\$ mil

Taxa de conversão em 16 de abril de 2012

Taxa de conversão em 17 de setembro de 2012

Total da contraprestação em R\$ mil

Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Caixa e equivalentes de caixa

Contas a receber

Estoques

Ferramentais de terceiros

Impostos e contribuições a recuperar

Ativo imobilizado

Outros Investimentos

Fornecedores

Impostos e contribuições

Adiantamento de Clientes

Salários, encargos sociais e participações

Títulos a pagar e outros - Circulante

Obrigações de benefícios de aposentadoria (nota 18)

Títulos a pagar e outros - Não Circulante

Total de ativos líquidos identificáveis

Ativos Intangíveis Identificados:

(a) Relacionamento contratual com clientes

(b) Acordo de não concorrência

Imposto diferido sobre intangíveis identificados

Subtotal

Goodwill

(c) Lucratividade futura (incluído em intangíveis)

Total do Intangível

Total

O valor contratual bruto dos recebíveis adquiridos em 16 de abril de 2012 era de R\$ 91.794 para o qual a estimativa de perda por não realização é de R\$ 814, e cujo valor justo montou de R\$ 90.935.

Como parte da liquidação da contraprestação, foi contemplado o montante de R\$ 203,6 milhões (US\$ 110,9 milhões) a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Em 31 de julho de 2012, referido adiantamento foi convertido em Capital nas empresas do México.

O ágio reconhecido não será dedutível para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social.

a. Relacionamento contratual com clientes

Intangível identificado na carteira de clientes recebida por ocasião da aquisição. O valor foi calculado com base na expectativa mínima de manutenção desta carteira, mediante aplicação da metodologia MEME (Multi-period excess earnings method), que compreendeu período de 10 anos, que significa o prazo mínimo projetado para a manutenção do relacionamento comercial com os clientes absorvidos e foi considerada uma taxa de desconto de 13%. A amortização será realizada de forma linear, sendo integral caso algum relacionamento seja interrompido ao longo deste período.

b. Acordo de não concorrência

Intangível identificado em acordo assinado entre as partes (comprador e vendedores) onde os vendedores se comprometem não investir em negócios envolvendo os produtos produzidos nas empresas objeto da transação por período de 05 anos. O valor foi calculado aplicando a metodologia da avaliação do negócio em cenários de eventual competição, comparando com cenário sem competição e a avaliação da probabilidade de que a competição pudesse ocorrer.

c. Lucratividade futura (Ágio)

Intangível representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição e montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida, gerado substancialmente por sinergias esperadas. Referido ágio será testado anualmente para verificar perdas por impairment. Caso perdas por impairment sejam identificadas os valores revertidos serão reconhecidas com despesa. O ágio gerado nessa combinação de negócio está alocado integralmente no segmento de produtos automotivos.

34. COMPROMISSOS

A Companhia possui compromissos para aquisição de ativos de longa duração (imobilizado e intangível), gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos no montante de R\$ 4.250.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

a. Migração da Companhia para Novo Mercado

Em 8 de fevereiro de 2013, a Assembleia Geral aprovou a migração da Tupy S.A. para o segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") denominado Novo Mercado ("Novo Mercado").

O Novo Mercado é o segmento de negociação de ações de emissão de sociedades anônimas com o mais elevado padrão de governança corporativa no Brasil, que visa proporcionar um ambiente de negociação que estimule, ao mesmo tempo, o interesse dos investidores e a valorização das companhias.

A efetiva migração da Companhia para o Novo Mercado está sujeita à análise e aprovação prévia da BM&FBOVESPA e assinatura do Contrato de Participação no Novo Mercado.

b. Conversão das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias

Em razão das exigências constantes do Regulamento do Novo Mercado, a Assembleia Geral e a Assembleia Especial aprovaram em 8 de fevereiro de 2013, nos termos do 1º do art. 136 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 1 ação preferencial para 1 ação ordinária ("Conversão").

c. Desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia

Em 8 de fevereiro de 2013, a Assembleia Geral aprovou o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, de forma que 01 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia foi desdobrada em 02 (duas) ações ordinárias, passando o capital social da Companhia a ser representado por 114.277.500 (cento e quatorze milhões, duzentas e setenta e sete mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Desdobramento"), já considerando as ações preferenciais convertidas em ações ordinárias.

As novas ações advindas do Desdobramento conferiram aos seus titulares os mesmos direitos das ações ordinárias que já possuíam.

O Desdobramento tem como objetivo reduzir o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia negociadas na BM&FBOVESPA, a fim de atrair número ainda maior de investidores e estimular a negociação de ações ordinárias de emissão da Companhia. A base acionária poderá ser ampliada e o volume de negociações tende a aumentar, possibilitando maior liquidez às ações ordinárias de emissão da Companhia.

d. Reforma do estatuto social da Companhia

Com a aprovação das deliberações mencionadas nos itens acima, a Assembleia Geral aprovou a reforma do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"): (i) adaptou às determinações do Regulamento do Novo Mercado; (ii) aumentou o limite do capital autorizado da Companhia, passando a ser de R\$ 1.200.000; e (iii) alterou a quantidade de ações que representam o capital social da Companhia, tendo em vista o Desdobramento.

e. Novos empréstimos e instrumentos financeiros derivativos

A Companhia renovou operações de compra de NDF - Non Deliverable Forward em janeiro de 2013, cujo valor de referência é de US\$ 135 milhões, com prazo final de até 77 dias, e vencimento final em 09 de abril de 2013.

Em fevereiro de 2013, a Companhia renovou as seguintes operações: Compra de NDF, no valor de referência de US\$ 60 milhões, com o prazo de 48 dias, e vencimento final em 21 de março de 2013; compra de NDF, no valor de referência de US\$ 60 milhões, com prazo de 61 dias, e vencimento final em 22 de abril de 2013.

Em março de 2013, a Companhia renovou as seguintes operações: Compra de NDF, no valor de referência de US\$ 25 milhões (valor original US\$ 50 milhões), com prazo de 60 dias, e vencimento final em 06 de maio de 2013 e realizou nova compra de NDF, no valor de referência de US\$ 60 milhões, com prazo de 61 dias, e vencimento final em 20 de maio de 2013.

Em 25 de fevereiro de 2013 e 18 de março de 2013, a Companhia contratou com instituições financeiras, operações na modalidade BNDES Exim - Programa de Sustentação do Investimento (PSI), no montante de R\$ 125.000. Tais recursos foram destinados à substituição de dívidas vincendas no curto prazo e reforço de caixa da Companhia. Os contratos possuem prazo total de 3 anos e amortização do principal em parcela única no final de cada contrato.

O Comitê de Auditoria da Tupy S.A., órgão assessor não estatutário do Conselho de Administração, no exercício de suas atividades de revisão, monitoramento e avaliação dos controles internos e das demonstrações financeiras do exercício de 2012, acompanhando da efetividade da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e da auditoria interna, durante o exercício referido, considerando o disposto no artigo 9º, § 1º, III, da Instrução CVM nº 481/2009, emite o seguinte parecer:

Considerando a programação do trabalho do Comitê de Auditoria para o exercício, as reuniões presenciais e as conferências telefônicas realizadas com membros da Diretoria Executiva, consultores jurídicos e contábeis independentes, auditoria interna, auditores independentes e gerentes das mais diversas áreas, tudo substancialmente no exame de documentos e nas respectivas atas produzidas em poder da Companhia, além da análise das informações divulgadas ao Conselho de Administração e aos acionistas, bem como no exame do Relatório de Administração, acompanhado das Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, apresentadas na forma individual, conforme a legislação brasileira, e na forma consolidada, em atendimento às normas do IFRS, suportado pelo relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, não tendo constatado nenhuma ocorrência capaz de comprometer a qualidade e a integridade das informações a serem divulgadas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação e a publicação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2012.

João Verner Jueinemann
Coordenador
Maria Carmen Westerlund Montero
Arthur Prado Silva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente: Gabriel Stolar
Vice-Presidente: William José Alves Bento
Membros: Maria Carmen Westerlund Montero, Ricardo Reisen de Pinho
Diretores: Sedat Özmen, Sérgio José Suarez Pompeo
Diretores Vice-presidentes: Roberto Heeren, Wellington Donizetti Silverio
Contador: Pedro Henrique Eyng - CRC-SC 16.161 - CPF 537.813.259-20

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA
PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da TUPY S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, compostos pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado e respectivas Notas Explicativas, e as propostas da Administração relativas ao orçamento de capital, à destinação dos lucros e à distribuição de dividendos. Tais exames foram seguidos, ainda, pela análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados pelos auditores externos e pela Administração da Companhia não decorrer do exercício.

Nestas condições e sobre base nos exames realizados, no Parecer do Comitê de Auditoria e no Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido em 08



TUPY S.A.

CNPJ nº 84.683.374/0003-00
Companhia Aberta



—* continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Tupy S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Tupy S.A. (a “Companhia” ou “Controladora”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Tupy S.A. e suas controladas (“Consolidado”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados

dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tupy S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tupy S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Demonstrações financeiras individuais

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Tupy S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA.

Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 7 de fevereiro de 2013, sem ressalvas.

Reapresentação das demonstrações financeiras e relatório de auditoria

Conforme descrito na Nota 2, a administração efetuou a alteração e reapresentação das notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 e de 2011 em virtude dos assuntos descritos nessa nota. Emitimos originalmente nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras em 8 de fevereiro de 2013. Devido à alteração descrita na Nota 2, emitimos esse novo relatório de auditoria sem ressalvas sobre essas demonstrações financeiras reapresentadas.

Florianópolis, 22 de março de 2013



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” SC

Mario Miguel Tomaz Tannhauser Junior
CRC 1SP217245/O-8 “S” SC